

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.366 - PE (2019/0246017-1)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : HIPERCARD BANCO MULTIPLO S.A.
ADVOGADO : LEO KRAKOWIAK - SP026750
ADVOGADA : ELIANA RACHED TAIAR - SP045362
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. PROPOSITURA DA AÇÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/1973. DIREITO INTERTEMPORAL. REGIME JURÍDICO APLICÁVEL. PROLAÇÃO DE SENTENÇA QUANDO EM VIGOR O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE DA NOVEL LEGISLAÇÃO. PRECEDENTES. NECESSIDADE DE ARBITRAMENTO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL À LUZ DO ART. 85 DA LEI N. 13.105/2015. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo HIPERCARD BANCO MÚLTIPLO S/A., com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 842/843):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. EXTINÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARBITRAMENTO COM BASE NO ART. 20, § 40 DO CPC/1973. INAPLICAÇÃO DAS REGRAS DO CPC/ 2015.

A sentença extinguiu a execução fiscal, em função do cancelamento da certidão da dívida ativa, condenando a exequente em honorários advocatícios fixados em 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil/1973.

A apelação sustenta que a condenação em honorários advocatícios deve ser feita com base no art. 85 do Código de Processo Civil, vigente à época da sentença. Alternativamente, pede a majoração dos honorários advocatícios, pois ainda que fixados com base no CPC/ 73, o montante arbitrado foi irrisório, porquanto corresponde a apenas 0,18% do valor atualizado da causa.

As normas referentes aos honorários advocatícios também detêm natureza de direito material, uma vez que fixam uma obrigação em Q favor do advogado, tendo reflexo imediato no direito substantivo deste.

Neste ponto, portanto, surge o *distinguishing* a afastar a aplicação do decidido no REsp 1404796/SP, submetido ao regime do art. 543-C do CPC/1973, e no REsp 617427/DF, que tratam de aplicação imediata de norma processual às ações em trâmite.

Por sua vez, é cediço que no momento da propositura da ação são definidos os limites da causalidade e da sucumbência. Logo, prestigiando os princípios da segurança jurídica e da não surpresa, o arbitramento dos honorários advocatícios deverá, in casu, observar as disposições do art. 20, parágrafo 40, do CPC/1973, vigente à época do ajuizamento da execução fiscal, ainda que a decisão que extinguiu a execução fiscal tenha sido

Superior Tribunal de Justiça

proferida quando já vigente o CPC/ 2015.

Desse modo, não há o que reformar na r sentença que, em homenagem aos princípios da causalidade e sucumbência, com base no art. 20, § 40, do CPC/1973, já observados o grau de dificuldade do feito e suas peculiaridades (valor da causa de mais de 16 milhões de reais), fixou os honorários advocatícios em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), de maneira a evitar o arbitramento em valor irrisório, em franco aviltamento ao trabalho dos advogados do apelado, ou excessivo, a significar enriquecimento sem causa daqueles. A utilização do valor da causa como base de cálculo para fixação dos honorários advocatícios implicaria na condenação em valor excessivo.

6. Apelação improvida.

O recorrente aponta violação do art. 85, §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, do CPC/2015, uma vez que, em sentença prolatada já na vigência do CPC/2015, os honorários foram indevidamente fixados com fundamento no art. 20 do CPC/1973, motivo pelo qual requer a reforma do acórdão para a observância do disposto no referido normativo. Subsidiariamente, requer a majoração dos honorários fixados com base no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, sustentando que o montante arbitrado configura valor irrisório, porquanto equivalente a 0,17% do valor atualizado da causa. Aponta divergência jurisprudencial.

Contrarrazões a fls. 895-898.

Juízo de admissibilidade à fl. 900.

É o relatório. Decido.

A Corte Especial consolidou posição no sentido de que "o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença" (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, DJe 27/11/2017).

A propósito, na parte que interessa:

PROCESSUAL CIVIL. [...] OMISSÃO QUANTO AOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. FEITO INICIADO AO TEMPO DO CPC/73, MAS DECIDIDO APÓS A ENTRADA EM VIGOR DO CPC/2015. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

[...]

5. O marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença.

[...]

(EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017)

Citem-se ainda:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MARCO

TEMPORAL. PROLAÇÃO DA SENTENÇA. INCIDÊNCIA DO CPC/73.

1. A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que a fixação dos honorários advocatícios de sucumbência rege-se pela lei vigente na data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença (EDcl na MC 17.411/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017).

2. Na hipótese vertente, consta dos autos que a sentença foi publicada em 24/11/2015, portanto, antes do início da vigência do CPC/2015, o qual se deu na data de 18/3/2016, conforme o teor do Enunciado Administrativo 1 do STJ.

3. O acórdão recorrido guarda consonância com o entendimento do STJ de não se aplicar as regras do art. 85, §2º, do CPC/2015, direcionadas ao arbitramento dos honorários advocatícios sucumbenciais, na hipótese em que a sentença tiver sido proferida na vigência do antigo diploma processual civil.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.639.045/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 4/2/2019)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. [...] HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA JURÍDICA. LEI NOVA. MARCO TEMPORAL PARA A APLICAÇÃO DO CPC/2015. PROLAÇÃO DA SENTENÇA.

[...]

6. O Superior Tribunal de Justiça propugna que, em homenagem à natureza processual material e com o escopo de preservar-se o direito adquirido, as normas sobre honorários advocatícios não são alcançadas por lei nova. **A sentença, como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015.**

7. No caso concreto, a sentença fixou os honorários em consonância com o CPC/1973. Dessa forma, não obstante o fato de esta Corte Superior reformar o acórdão recorrido após a vigência do novo CPC, incidem, quanto aos honorários, as regras do diploma processual anterior.

8. Recurso especial provido.

(REsp 1.465.535/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/6/2016, DJe 22/8/2016)

Assim, em resumo, se a sentença ou ato jurisdicional equivalente ocorreu sob a égide do CPC/1973 incidem, quanto aos honorários, as regras do CPC/1973. Agora, se a sentença veio a ser prolatada já na vigência do CPC/2015, aplicam-se as regras fixadas pelo CPC/2015, inclusive à Fazenda Pública, se vencida.

A propósito, na parte que interessa:

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. [...] FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LIMITES E CRITÉRIOS DOS §§ 2º, 3º E 4º DO ART. 85 DO CPC/2015. APLICABILIDADE.

[...]

3. Nas causas em que é parte a Fazenda Pública, para a fixação de honorários nos termos do art. 85 do CPC/2015, é imprescindível a aplicação inicial dos §§ 3º e 4º, recorrendo-se, subsidiariamente, ao § 8º

apenas na hipótese de proveito econômico irrisório ou de valor da causa muito baixo.

[...] e determinando que os honorários advocatícios de sucumbência sejam arbitrados na fase de liquidação do julgado, observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 85, §§ 2º, 3º e 4º do CPC/2015.

(REsp 1.792.376/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/3/2019, DJe 22/4/2019)

Na espécie, verifica-se que a sentença prolatada já sob a égide do CPC/2015 (fls. 751/766-768 e-STJ) fixou os honorários advocatícios por equidade, conforme regra do CPC/1973, o que foi mantido pela Corte de origem (fls. 838-843), afastando a pretensão do recorrente pela aplicação da regra do art. 85 do CPC/2015.

Ocorre que a data da prolação da sentença define o regime jurídico aplicável para a fixação dos honorários advocatícios. No caso, a sentença foi prolatada em 20 de fevereiro de 2017, sob a égide do CPC/2015, não sendo possível, pois, a incidência das regras do art. 20 do CPC/1973, devendo sim ser aplicado o regime jurídico do art. 85 do CPC/2015.

Nesse sentido, cite-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. REGIME JURÍDICO APLICÁVEL. PROPOSITURA DA AÇÃO SOB A ÉGIDE DO ESTATUTO PROCESSUAL CIVIL DE 1973. PROLAÇÃO DE SENTENÇA QUANDO EM VIGOR O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE DA NOVEL LEGISLAÇÃO. NECESSIDADE DE ARBITRAMENTO DA VERBA HONORÁRIA SUCUMBENCIAL À LUZ DO ART. 85 DA LEI N. 13.105/2015. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 no julgamento do Agravo Interno.

II - Consoante o entendimento desta Corte, a sentença é o marco para delimitação do regime jurídico aplicável à fixação de honorários advocatícios, revelando-se incorreto seu arbitramento, com fundamento no CPC de 1973, posteriormente à 18.03.2016 (data da entrada em vigor da novel legislação).

III - Inviabilizado, *in casu*, o arbitramento dos honorários advocatícios de sucumbência, com base no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, sob pena de restar configurada a supressão de grau de jurisdição e desvirtuar a competência precípua desta Corte em grau recursal (uniformização da interpretação da legislação federal), mediante a fixação de honorários de sucumbência casuisticamente e não apenas nas hipóteses de irrisoriedade e exorbitância no seu arbitramento.

IV - Necessidade de reforma do acórdão recorrido, a fim de que seja procedido novo julgamento da apelação, com análise dos honorários advocatícios de sucumbência, respeitadas as peculiaridades do caso concreto, com base no estatuto processual civil de 2015.

V - Recurso Especial parcialmente provido.

(REsp 1.647.246/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/12/2017)

Nesse passo, impõe-se reconhecer que, no caso dos autos, os honorários advocatícios de sucumbência devem ser fixados com base no art. 85 da CPC/2015, como

Superior Tribunal de Justiça

exposto na fundamentação supra.

Assim, deve ser reformado o acórdão recorrido, tão somente para que a Corte de origem proceda a novo julgamento da apelação, com análise dos honorários advocatícios de sucumbência, respeitadas as peculiaridades do caso concreto, com base no estatuto processual civil de 2015.

Recurso especial provido para que, retornando os autos à origem, o Tribunal Regional proceda a novo julgamento da apelação para análise dos honorários advocatícios de sucumbência, com base no estatuto processual civil de 2015.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

